



JUCESP PROTOCOLO
2 104.313/11-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI – CEJA**

ENTRE

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI – CEJA,
na qualidade de emissora

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
na qualidade de fiadora

e



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
na qualidade de agente fiduciário

24 DE OUTUBRO DE 2011



A-3SP-2188670v18



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI – CEJA

Pelo presente instrumento, de um lado:

Companhia Energética do Jari – CEJA, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, 530, 7º andar - Conjunto 72, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP: 04532-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.581.989/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

EDP – Energias do Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 530, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP: 04532-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Fiadora”);

e, de outro lado:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º500, Bloco 13, Sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura (conforme definida abaixo), representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, sendo o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora e a Fiadora, “Partes”);

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Energética do Jari – CEJA*” (respectivamente, “Escritura”, “Emissão” ou “Oferta”, e “Debêntures”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1. Emissão

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de outubro de 2011 (“AGE”), na qual deliberou sobre os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da



[Handwritten signature]

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Garantia Fidejussória

A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 26 de setembro de 2011 ("RCA").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada nos jornais Diário de Notícias e Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA foi arquivada na JUCESP em 06 de outubro de 2011, sob o nº 404.747/11-5 e foi publicada, em 14, 15 e 16 de outubro de 2011, no jornal Brasil Econômico e, em 14 de outubro de 2011, no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.



2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, devidamente registrada na JUCESP, bem como de eventuais Aditamentos, dentro de 3 (três) Dias Úteis da obtenção do referido registro.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos

Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais Aditamentos posteriores deverão ser registrados no competente registro de títulos e documentos do domicílio das partes contratantes e uma cópia da via de cada registro será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Colocação e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza.

3.2 Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.



3.3 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5 abaixo e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo).

3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, conforme o “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Companhia Energética do Jari – CEJA*”, celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de coordenador da Oferta (respectivamente, “Coordenador” e “Contrato de Distribuição”).

3.5.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

3.5.3.2 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar ao Coordenador até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.3.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como



[Handwritten signature]

público alvo investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.5.3.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.3.3 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Mandatário") e o agente escriturador será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário ou o Agente Escriturador, conforme o caso, na prestação dos serviços previstos neste item.

3.7 Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão de Debêntures serão destinados à liquidação do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancário de número 101111100002100, emitida pela Emissora em 06 de outubro de 2011, e das Cédulas de Crédito Bancário de números 101111100002700, 101111100002800, 101111100002900, 101111100003000, 101111100003100 e 101111100003200, emitidas pela Emissora em 07 de outubro de 2011, todas em favor do Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).



CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 03 de novembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão vencimento em 11 de outubro de 2013 ("Data de Vencimento").

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1 **Atualização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Juros Remuneratórios"), a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e estabelecido com base na variação acumulada de 110,50% (cento e dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão e pagos na Data de Vencimento, ou nos termos da Cláusula V abaixo, e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas SND - Debêntures", disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), conforme a fórmula abaixo ("Remuneração").

4.2.2. **Fórmula de Cálculo da Remuneração:** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:



7
[Handwritten signature]

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros flutuantes, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Produtório das taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 110,50 (cento e dez inteiros e cinquenta centésimos); e

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.2.1.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



- (iii) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.3. Se na Data de Vencimento não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias da não divulgação, da extinção ou da impossibilidade de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

4.2.5. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, conforme definidas na Cláusula 9.2.2. desta Escritura, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação na Data de Vencimento, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva amortização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.3. Garantia Fidejussória



9

[Handwritten signature]

A Oferta contará com garantia fidejussória a ser outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão, nos termos da Cláusula VI abaixo.

4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será realizado na Data de Vencimento.

4.5. Amortização

Será realizada uma única amortização, na Data de Vencimento.

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; e (ii) pelo Banco Mandatário, para as Debêntures não custodiadas no SND.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não for um Dia Útil. Considera-se “Dia Útil” qualquer dia que não seja feriado nacional, sábado ou domingo (“Dia Útil”).

4.8. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a Data do Vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe



dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

4.11. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 acima ("Preço de Subscrição").

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam Diário de Notícias e Diário Oficial do Estado de São Paulo ou em outros, conforme deliberação da Assembleia Geral da Emissora.

4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando depositadas no SND.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



[Handwritten signature]

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO TOTAL OU PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Total ou Parcial

5.1.1. Ficará admitido o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures pela Emissora, a qualquer momento, desde que os Debenturistas, o Agente Fiduciário e a CETIP sejam notificados com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência. Na data do efetivo resgate antecipado total ou parcial, a Emissora deverá efetuar o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme a Cláusula 4.2 acima, calculada desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate antecipado total ou parcial (“Preço Unitário”); e (ii) prêmio correspondente aos índices dispostos na tabela abaixo, que incidirão sobre o Preço Unitário:

<i>Resgate:</i>	<i>Prêmio calculado sobre o Preço Unitário</i>
Até 11 de abril de 2012	0,80% (oitenta centésimos por cento)
De 12 de abril de 2012 a 11 de julho de 2012	0,10% (dez centésimos por cento)
A partir de 12 de julho de 2012	0,00%

5.1.2. O resgate antecipado parcial será precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Caso as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de recompra definitiva das Debêntures pela Emissora. Todas as etapas de resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.1.3. Uma vez exercido pela Emissora a opção de resgate antecipado, esta tornar-se-á obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do resgate antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de resgate antecipado parcial.

5.1.4. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do resgate antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as



12
Jorge

Debêntures registradas no SND, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.1.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas.

5.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VI GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

6.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo Encargos Moratórios das Debêntures assumidas nesta Escritura e demais documentos da Oferta ("Obrigações Afiançadas"), a Fiadora comparece à presente Escritura, como fiadora e principal pagadora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 827, 834, 835, 837 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

6.2. O Agente Fiduciário notificará a Fiadora, em 1 (um) Dia Útil, sobre a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

6.3. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.

6.4. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.



13.

[Handwritten signature]

6.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se ao cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Emissão.

6.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas.

6.7. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta ou ainda caso qualquer a fiadora deixe de ser controladora da Emissora.

6.8. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Afiançadas.

6.9. A Fiadora se sub-rogará no crédito detido pelos Debenturistas contra a Emissora observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.10. Esta Escritura deverá ser registrada, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de seu arquivamento na JUCESP, nos competentes registros de títulos e documentos do domicílio de cada Parte, em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

6.11. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora dos valores definidos na Cláusula 7.3 abaixo ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):



- (a) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 (cinco) Dias Úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (b) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e
- (c) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

7.2. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.3., na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático"):

- (a) Se a Emissora sofrer protesto cambiário que não tenha sido contestado de boa-fé pela Emissora de valor superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e não for sanado em 30 (trinta) dias;
- (b) Se a Emissora for notificada de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), desde que também seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (c) Se a Emissora realizar cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se referida alienação: (i) for para uma sociedade que, direta ou indiretamente, controle a, seja controlada pela, ou esteja sob o mesmo controle que a Emissora; ou (ii) obtiver expressa anuência dos Debenturistas, que não será recusada sem motivo razoável;
- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, exceto para empresas do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (e) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja regularizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência do respectivo descumprimento;
- (f) Falsidade ou incorreção comprovadas, em qualquer aspecto relevante, das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura
- (g) Caso (i) ocorra um dos eventos abaixo evidenciados; (ii) estes não forem sanados no prazo de cura previsto nesta Escritura; e (iii) a Fiadora não seja substituída por outra fiadora devidamente aprovada dentro do prazo de cura previsto pelos Debenturistas,



15.

[Handwritten signature]

que não poderá ser recusada sem motivo razoável, poderão os Debenturistas considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures:

(h.1) Se a Fiadora sofrer protesto cambiário que não tenha sido contestado de boa-fé pela Fiadora de valor superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) e não for sanado em 30 (trinta) dias;

(h.2) Se a Fiadora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada;

(h.3) Se a Fiadora for notificada de sentença final transitada em julgado em ação judicial, cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que também seja capaz de colocar em risco substancial o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura e não for sanado em 30 (trinta) dias;

(h.4) Venda de ativos que resulte em redução de mais de 50% (cinquenta por cento) do EBITDA consolidado da Fiadora. Para fins desta Escritura, "EBITDA" significará o resultado da seguinte fórmula, calculada em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração: lucro líquido (+) despesa/receita financeira líquida (+) provisão para IRPJ/CS (+) depreciações/amortizações;

7.2.1. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário deverá ser feita (i) dentro de 02 (dois) Dias Úteis da data em que este tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados acima para as hipóteses em que não se apliquem períodos de cura, ou (ii) para as hipóteses em que se apliquem períodos de cura, em prazo suficiente para que a Assembleia Geral de Debenturistas ocorra no Dia Útil imediatamente seguinte ao dia em que o respectivo período de cura se encerrar.

7.2.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.2.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2 acima por falta de *quórum* em segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.2.2 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação,



acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, dos prêmios constantes da tabela da Cláusula 5.1.1 acima, conforme a época da declaração do vencimento antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 12.1 abaixo, sob pena de, não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Como exceção aos termos desta Cláusula 7.3, no caso da hipótese prevista na Cláusula 7.1.(a) acima, os Encargos Moratórios serão devidos e calculados conforme os termos da Cláusula 4.8 acima.

7.4. O Agente Fiduciário não será responsabilizado pela não declaração das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou pela não convocação de Assembleia Geral de Debenturistas dentro dos prazos estabelecidos nesta Escritura no caso de ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático das quais não poderia ter tomado ciência por qualquer outra forma que não fosse através do conhecimento dado pela Emissora, sendo certo que, no caso de Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, a Emissora deverá Juros Remuneratórios desde a efetiva data de sua ocorrência.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos do encerramento do exercício social em referência, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet; (2) declaração da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e (3) cópia do organograma atualizado do grupo societário a que pertence a Emissora, incluindo as empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM, acompanhado de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula VII acima. A verificação, pelo Agente Fiduciário, do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora mencionada no subitem 2 acima, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;



17
[Handwritten signature]

- (ii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) confirmação, por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
 - (iv) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.
- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, devendo incorporar as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, ou outra legislação que as substituir ou complementar, as definições dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e deliberações da CVM, que estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”), quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais;
- (d) Convocar, nos termos da Cláusula IX, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;



- (g) Notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis a partir da ocorrência do evento, desde que não tenha sido publicado ao mercado, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (h) Manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora, se aplicável;
- (i) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) Comunicar o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.7 acima;
- (k) Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (l) Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (m) Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (n) Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP;
- (o) Observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (p) Divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador;
- (q) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três)



[Handwritten signature]

meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;

- (r) Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (s) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e
- (t) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições expressas nesta Escritura ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.1. Convocação

9.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.



9.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação").

9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



Handwritten signature and a large 'X' mark.

9.3.2. Não estão incluídos no *quorum* previsto acima:

- I. os *quorums* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração, com exceção do disposto na Cláusula 4.2.5 acima; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; e (v) datas de amortização.

CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) A celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) A Emissora e sua controlada ECE Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, n.º45, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.333.996/0001-21 ("ECE"), têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa



resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou da ECE, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (f) A Emissora e a ECE estão cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou da ECE, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (g) As demonstrações financeiras da Emissora e da ECE representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) A Emissora e a ECE não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à ECE, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pela ECE à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) A Emissora e a ECE manterão em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora e à ECE a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) A ECE é concessionária dos serviços de geração de energia em virtude do “*Contrato de Concessão de Geração n.º 004/2002 – ANEEL - AHE Santo Antônio*”, celebrado em 07 de fevereiro de 2002, entre a União, por intermédio da ANEEL, ECE e Jari Energética S.A., conforme aditado em 30 de dezembro de 2008, em 16 de junho de 2011 e 28 de setembro de 2011, com vigência até 21 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado (“*Contrato de Concessão*”). A ECE não recebeu até a presente data qualquer aviso de inadimplemento ou de rescisão parcial ou total com relação ao Contrato de Concessão e não há fatos conhecidos que façam com que tais avisos sejam esperados. A ECE cumpriu até esta data com todas as disposições do Contrato de Concessão;
- (k) Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;



Handwritten signature and date: 23

- (l) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (m) A Emissora e a ECE são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (n) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (o) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (p) A ECE cumpre rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- (q) A Emissora responsabiliza-se pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (r) Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (s) Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (t) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (b) A celebração desta Escritura e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) Está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Fiadora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (f) As demonstrações financeiras da Fiadora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) Não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Fiadora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (h) Manterá em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;



25

(j) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(k) É uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;

(l) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;

(m) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(n) Esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(o) Manterá em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas da Emissora, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço.

CLÁUSULA XI AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.



11.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) Não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (d) Está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (e) É equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) Está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) Não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) Está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) A celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) A verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;



- (l) Conforme disposto no item 8.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;
- (m) Inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28;
- (n) De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, disponibilizadas à CVM, o patrimônio líquido consolidado da Fiadora traduz-se em R\$6.455.121.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e um mil reais). A Fiança mostra-se, assim, suficiente em relação às Obrigações Afiançadas, sendo certo que, conforme item 2.4. acima, esta garantia somente restará plenamente e formalmente constituída depois de ser a presente Escritura registrada nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, quando passará a produzir efeitos perante terceiros; e
- (o) Aceita integralmente esta Escritura e todos os seus termos e condições.

11.3. Substituição

11.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 11.3.6 abaixo.

11.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.



11.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

11.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCESP.

11.3.5. O agente fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

11.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

11.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

11.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



29

- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória;
- (i) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (j) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;



m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

m.8) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia fidejussória das Debêntures;

m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.10) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- i. denominação da companhia ofertante;
- ii. valor da emissão;
- iii. quantidade de debêntures emitidas;
- iv. espécie;
- v. prazo de vencimento das debêntures;
- vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.



- (n) Disponibilizar o relatório de que trata o item “m” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3) na CVM;

n.4) na CETIP; e

n.5) na sede do Coordenador.

- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 2.2 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o item “m” se encontra à sua disposição nos locais indicados no item “n” acima;

- (p) Coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;

- (q) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, o Agente Escriurador e à CETIP;

- (r) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;

- (s) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas desta Escritura, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. No prazo máximo de 90 (noventa) dias, comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM;

s.2) à CETIP; e

s.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.



- (t) Divulgar as informações referidas na alínea "m.11" do item "n." em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (u) Calcular o Preço Unitário das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP através de seu *website* ou sempre que solicitado.

11.5. Atribuições Específicas

11.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

11.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea "d", será necessário a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação.

11.6. Remuneração do Agente Fiduciário

11.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$9.106,43 (nove mil, cento e seis e quarenta e três centavos), sendo devida a primeira parcela 10 (dez) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- (b) No caso de inadimplimento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das



Handwritten signature

condições das Debêntures após a emissão destas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$569,45 (quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) da espécie da presente Emissão; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

- (c) No caso de celebração de Aditamentos, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$569,15 (quinhentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (d) As parcelas de remuneração mencionadas nesta Cláusula 11.6 já incluem todos os tributos determinados pela legislação tributária brasileira vigente a época de assinatura deste instrumento sobre o seu respectivo faturamento e serão atualizadas pelo IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (e) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (f) A remuneração aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (g) As remunerações não incluem as despesas razoáveis e usuais com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis e usuais com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;



- (h) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e usuais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;
- (i) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e
- (j) Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características de Emissão facultarão o Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

11.7. Despesas

11.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas individualmente incorridas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente autorizadas por escrito pela Emissora.

11.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

11.7.3. No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim for possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas



[Handwritten signature]

judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

11.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

11.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 11.7.1 e 11.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Energética do Jari – CEJA

Rua Bandeira Paulista, n.º 530, 7º andar

CEP 04532-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Luis Carlos Gouveia Pereira

Tel.: 55 011 2185-5637

Fax: 55 011 2185-5982

E-mail: gouveia@edpbr.com.br



Para a Fiadora:

EDP – Energias do Brasil S.A.

Rua Bandeira Paulista, n.º 530, 4º andar

CEP 04532-001, São Paulo - SP

At.: Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade

Tel.: 55 011 2185-5986

Fax: 55 011 2185-5167

E-mail: carlos.andrade@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, 22640-100

At.: Gustavo Dezouart

Tel.: 55 21 3514-0000

Fax: 55 21 3514-0099

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010 – São Paulo – SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: 55 11 5029-1910

Fax: 55 11 5029-1535

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º Andar
São Paulo – SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: 55 11 5029-1910

Fax: 55 11 5029-1535

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564



Handwritten signature

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

12.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 12.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.3. Título Executivo

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



12.5. Prazos

A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

12.6. Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de Investidores Qualificados e publicações previstas na Instrução CVM 476.

12.7. Aditamentos

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

12.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes firmam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 24 de outubro de 2011

[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes]




39
[Handwritten signature]


Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Energética do Jari – CEJA, celebrado entre Companhia Energética do Jari – CEJA, EDP – Energias do Brasil S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., em 24 de outubro de 2011- Página 1 de 3

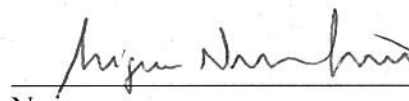
COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI – CEJA,
na qualidade de Emissora


Nome: _____
Cargo: **Luiz Otávio A. Henriques**
Diretor Presidente


Nome: **Luis Carlos Gouveia Pereira**
Cargo: **Diretor Administrativo e Financeiro**

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.,
na qualidade de Fiadora

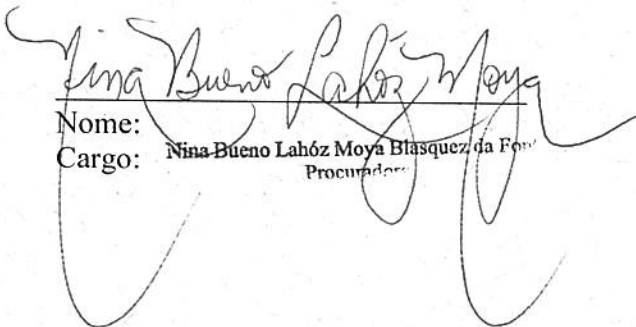

Nome: _____
Cargo: **Luiz Otávio A. Henriques**
Diretor Vice Presidente


Nome: **Miguel Setas**
Cargo: **Diretor Vice Presidente**
EDP



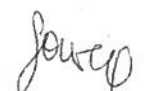
Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Energética do Jari – CEJA, celebrado entre Companhia Energética do Jari – CEJA, EDP – Energias do Brasil S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., em 24 de outubro de 2011- Página 2 de 3

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.


Nome: Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonseca
Cargo: Procuradora

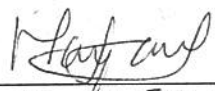

Nome: Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Cargo: Procurador




41 



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia Energética do Jari – CEJA, celebrado entre Companhia Energética do Jari – CEJA, EDP – Energias do Brasil S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., em 24 de outubro de 2011- Página 3 de 3

Testemunhas:


 Nome: MAYTE S.D. ALBUQUERQUE
 CPF: 081.652.787-28


 Nome: Ricardo M. B. Amaral
 CPF: 282.851.888-41



		5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e	
		Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60	
		Rua XV de Novembro 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP	
Emol.	R\$ 7.052,99	Protocolado e prenotado sob o n. 1.346.493 em	
Estado	R\$ 2.004,54	01/12/2011 e registrado, hoje, em microfilme	
Ipesp	R\$ 1.484,84	sob o n. 1.346.493, em títulos e documentos.	
R. Civil	R\$ 371,21	São Paulo, 01 de dezembro de 2011	
T. Justiça	R\$ 371,21		
Total	R\$ 11.284,79		
Selos e taxas			
Recolhidos			
p/verba			

Artur Vencoso Max Ferreira - Oficial Designado
 Jaeli Guimarães de Oliveira - Escrevente Autorizado

